

ELABORAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

17 de setembro de 2008

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Sociologia e Antropologia
Pós-Graduação Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas**

ESTRUTURA DO CURSO

1. Conceitos básicos relacionados a indicadores sociais
2. Fontes de dados para construção de indicadores sociais
3. Construção de indicadores demográficos e de saúde
4. Construção de indicadores de segurança pública, criminalidade e justiça
5. Construção de indicadores educacionais
6. Construção de indicadores de mercado de trabalho, renda e pobreza
- 7. Construção de indicadores habitacionais, de infraestrutura urbana, de qualidade de vida, ambientais e de opinião pública**
8. Construção de índices de desigualdade humanos

AULA 7

1. Indicadores habitacionais e de infra-estrutura urbana
2. Indicadores de qualidade de vida e meio ambiente
3. Indicadores político-sociais e de opinião pública

1. INDICADORES HABITACIONAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS ADEQUADOS

– **Adequação domiciliar** é um conceito normativo que depende de vários atributos objetivos e apreciações subjetivas dos moradores.

* **Aspectos físicos** dos moradores: composição material das paredes, pisos e telhado; ligação à rede de energia elétrica; forma de abastecimento de água; saneamento; existência de guias e sarjetas; coleta de lixo.

* **Espaço disponível** para cada morador: número de cômodos; número de quartos de dormir; separação de funções de alimentação, higiene, repouso no domicílio.

– Juntamente com esses aspectos objetivos, há também aspectos subjetivos relacionados à satisfação quanto a moradia, vizinhança, bairro, facilidades de transportes, serviços, comércio...

FORMAS DE ESTIMAÇÃO DESSES INDICADORES

- Indicadores podem são organizados em escalas nominais, tais como domicílio “precário”, “satisfatório” e “mais que satisfatório”.
- Essas informações possibilitam orientar formulação de programas de construção de moradias populares quando se percebe *déficit* habitacional.
- Densidade de moradores por cômodo; proporção de domicílios em favelas e barracos; proporção de moradias em terrenos invadidos; valor do aluguel em relação à renda familiar.
- Dados são geralmente disponíveis em censos e pesquisas amostrais.

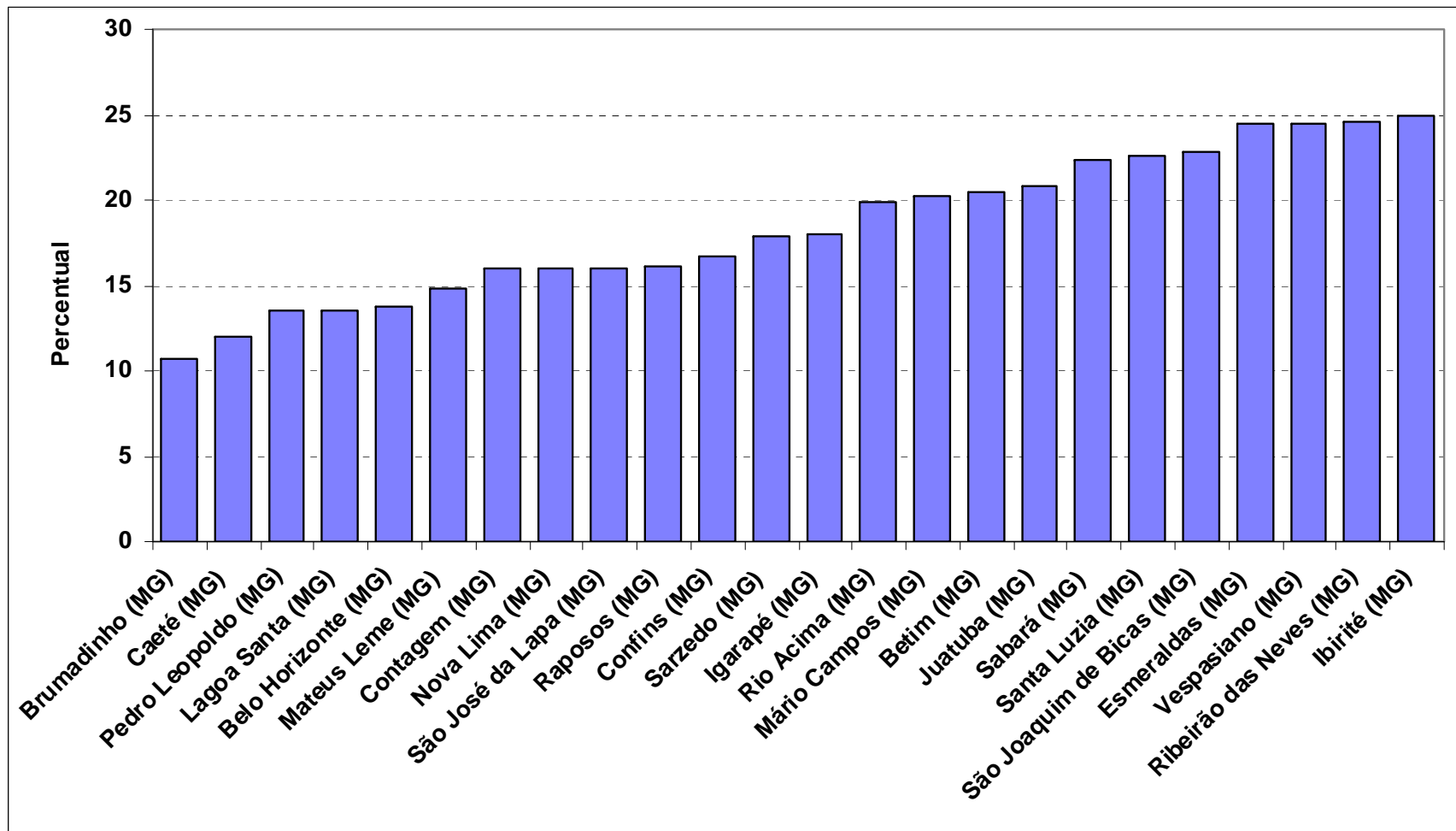
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS ADEQUADOS

$$\frac{\textit{domicílios _ que _ satisfazem _ normas _ de _ habitabilidade}}{\textit{total _ de _ domicílios _ particulares}} * 100$$

Município	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 2000
Belo Horizonte (MG)	13.71	69.31	11.99
Betim (MG)	20.42	72.88	13.24
Brumadinho (MG)	10.74	69.87	0
Caeté (MG)	11.98	74.95	0
Confins (MG)	16.74	78.55	0.16
Contagem (MG)	16.01	69.79	10.7
Esmeraldas (MG)	24.45	77.14	0
Ibirité (MG)	24.91	80.56	13
Igarapé (MG)	18	69.34	0
Juatuba (MG)	20.77	74.12	0.02
Lagoa Santa (MG)	13.58	69.85	0
Mateus Leme (MG)	14.8	69.28	0
Mário Campos (MG)	20.21	77.16	0.02
Nova Lima (MG)	16.01	71.76	0
Pedro Leopoldo (MG)	13.5	71.09	0
Raposos (MG)	16.11	72.4	0.04
Ribeirão das Neves (MG)	24.6	77.45	4.72
Rio Acima (MG)	19.91	64.78	0.02
Sabará (MG)	22.34	74.61	7.52
Santa Luzia (MG)	22.56	79.64	5.62
Sarzedo (MG)	17.92	78.77	0.02
São Joaquim de Bicas (MG)	22.77	78.18	0.01
São José da Lapa (MG)	16.05	72	0.02
Vespasiano (MG)	24.48	81.09	6.36

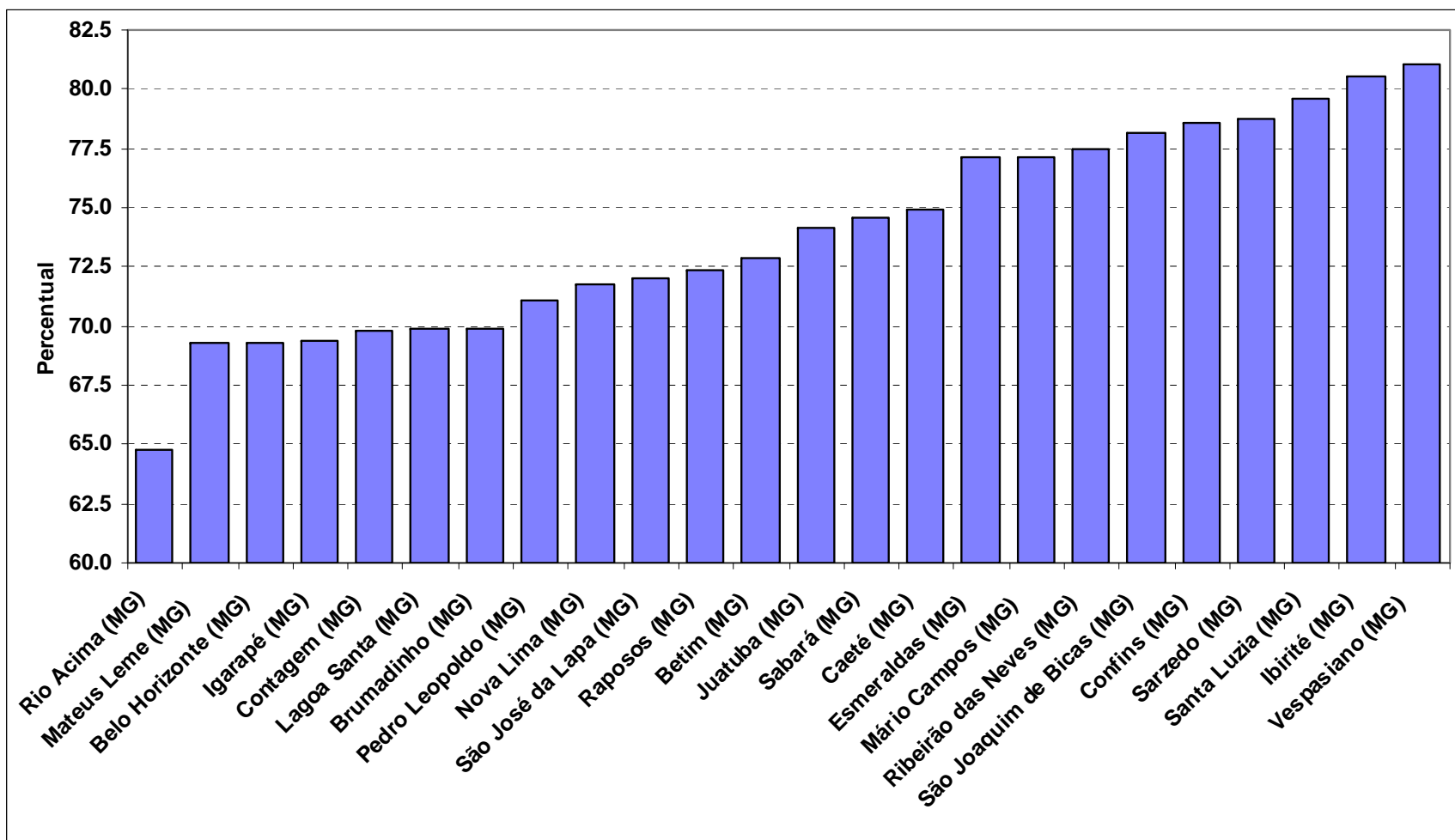
Fonte: PNUD 2000.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, municípios da microrregião de Belo Horizonte, 2000



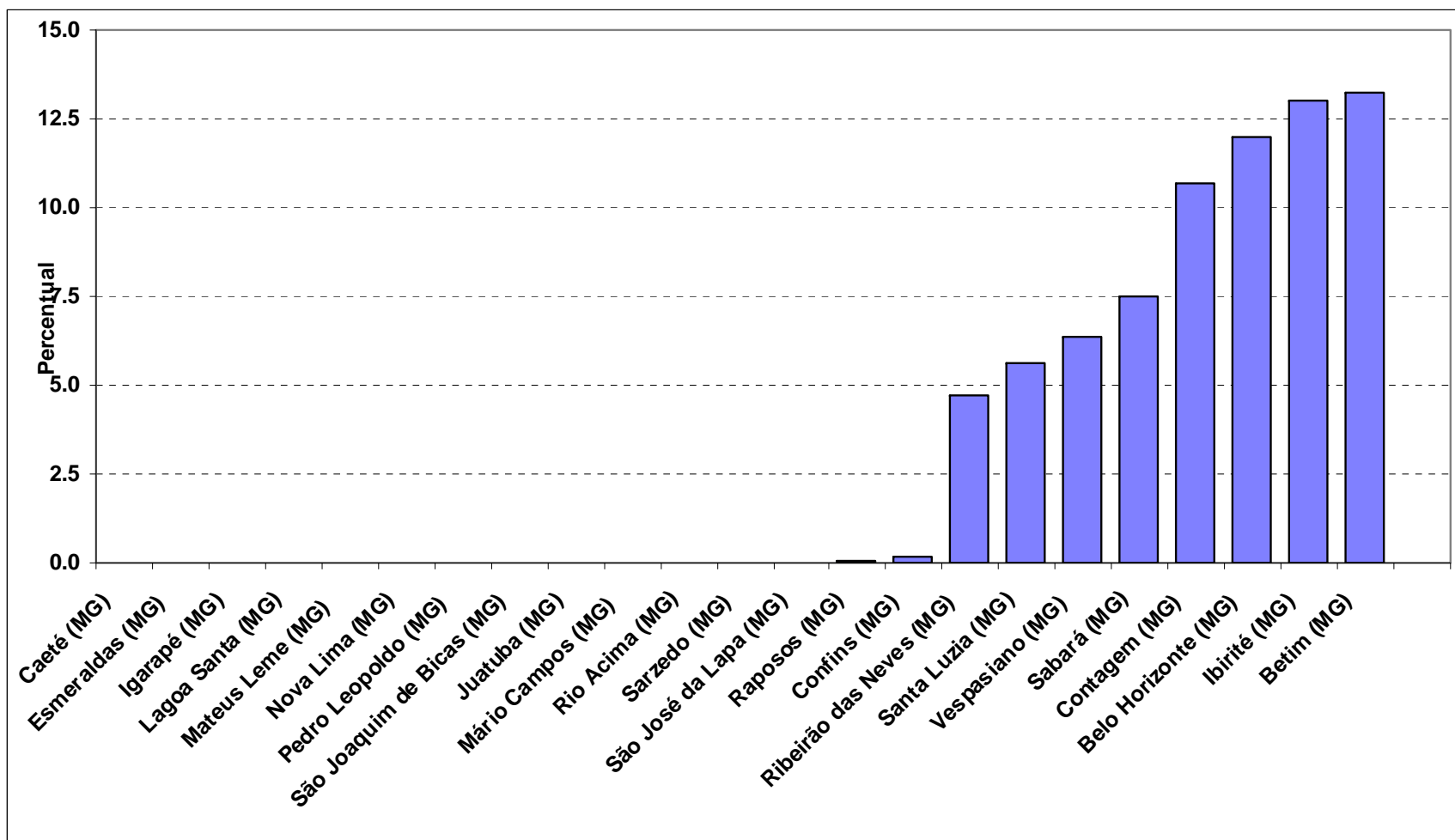
Fonte: PNUD 2000.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, municípios da microrregião de Belo Horizonte, 2000



Fonte: PNUD 2000.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, municípios da microrregião de Belo Horizonte, 2000



Fonte: PNUD 2000.

TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS URBANOS

- Progressos contra mortalidade infantil ocorreram devido à ampliação da cobertura de serviços urbanos, tais como infra-estrutura básica, abastecimento de água tratada, saneamento...
- Esses são indicadores importantes para políticas de desenvolvimento humano.
- Taxas de cobertura são calculadas de duas formas:
 - * Proporção de domicílios com acesso aos serviços, utilizando dados de amostras ou censos.
 - * Razão entre registros administrativos de prefeituras ou empresas concessionárias de serviços pelo total de domicílios estimados.

QUALIDADE E NÍVEL DOS SERVIÇOS

– Com universalização do acesso a serviços de infraestrutura, a qualidade e nível dos serviços passa a ser o foco de pesquisas:

- * Qualidade e regularidade de abastecimento da água
- * Nível de consumo de água
- * Frequência de coleta de lixo
- * Disponibilidade de rua pavimentada e calçadas
- * Acesso à linha telefônica
- * Acesso à rede de serviços públicos (escola, postos de saúde...)

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS ADEQUADOS

Proporção de domicílios com acesso à rede =

$$\frac{\text{domicílios _ com _ acesso _ à _ água, luz...}}{\text{total _ de _ domicílios _ particulares}} * 100$$

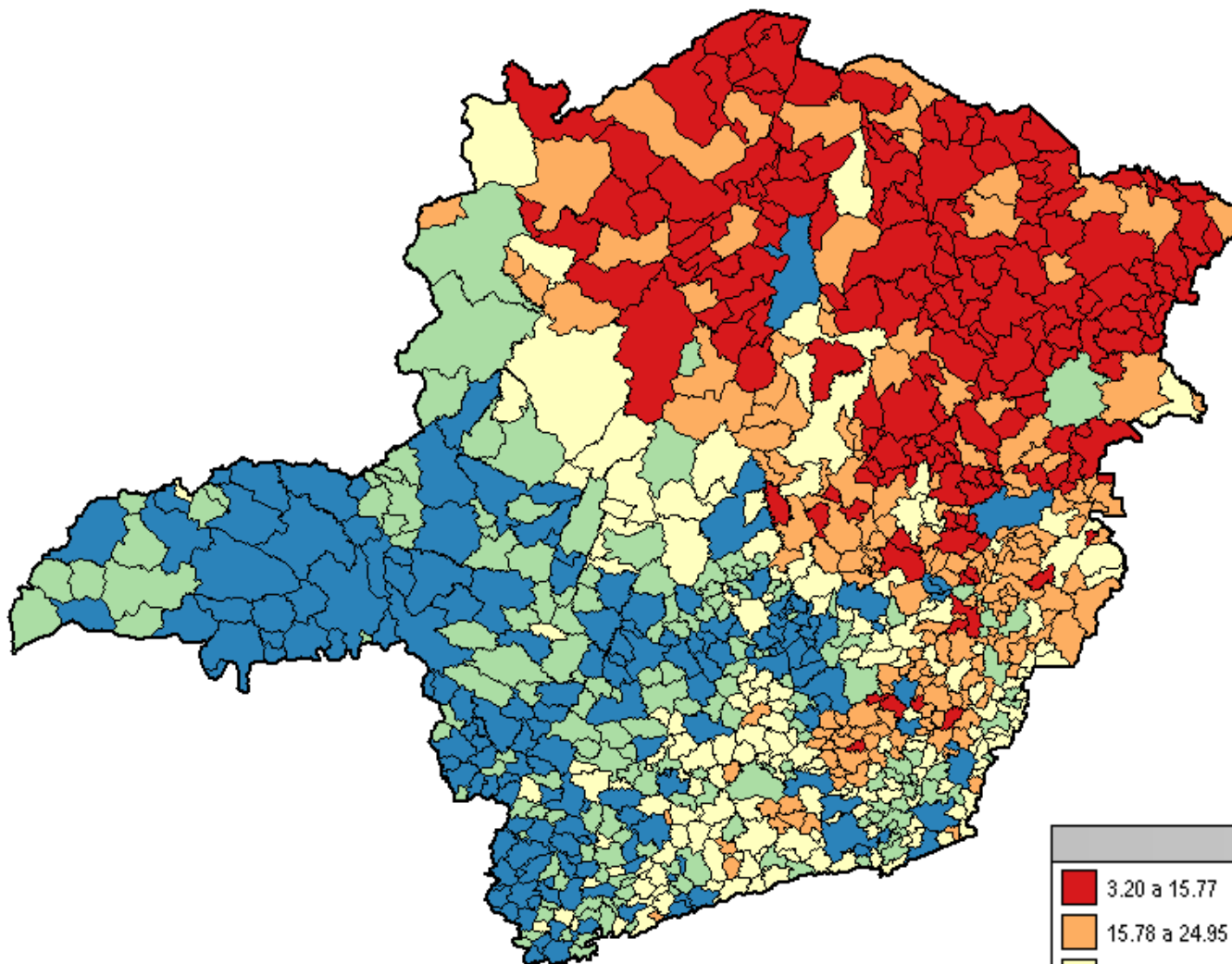
Taxa de cobertura dos serviços urbanos =






$$\frac{\text{número _ ligações _ residenciais (tais _ como _ telefone)}}{\text{total _ de _ domicílios _ particulares}} * 100$$

Município	Água encanada (%)	Carro (%)	Energia elétrica (%)	Telefone (%)
Belo Horizonte (MG)	98.04	45.14	99.83	81.43
Betim (MG)	96.23	27.69	99.46	49.44
Brumadinho (MG)	94.03	36.59	98.44	35.24
Caeté (MG)	95.09	36.52	98.09	42.42
Confins (MG)	95.51	32.78	99.65	38.54
Contagem (MG)	97.98	37.09	99.85	72.5
Esmeraldas (MG)	85.5	21.54	99.18	17.52
Ibirité (MG)	94.65	23.45	99.72	40.6
Igarapé (MG)	89.52	32.33	99.5	38.41
Juatuba (MG)	91.3	26.75	97.66	25.88
Lagoa Santa (MG)	92.81	39.25	99.33	53.79
Mateus Leme (MG)	89.18	30.08	97.59	29.58
Mário Campos (MG)	92.37	26.1	98.07	28.75
Nova Lima (MG)	97.56	40.4	99.36	51.74
Pedro Leopoldo (MG)	94.64	34.11	99.48	57.63
Raposos (MG)	95.13	29.97	99.38	37.68
Ribeirão das Neves (MG)	91.81	20.6	99.65	56.24
Rio Acima (MG)	94.55	28.69	97.73	33.25
Sabará (MG)	92.95	29.01	99.24	54.19
Santa Luzia (MG)	94.19	26.3	99.44	49.97
Sarzedo (MG)	95.75	27.89	99.48	46.04
São Joaquim de Bicas (MG)	84.41	24.53	95.94	28.29
São José da Lapa (MG)	94.26	30.68	99.48	36.15
Vespasiano (MG)	92.43	26.02	99.35	30.59

Fonte: PNUD 2000.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos bens anteriores, 2000
Municípios do Estado de Minas Gerais



Legenda		
	3.20 a 15.77	(170)
	15.78 a 24.95	(170)
	24.96 a 34.69	(171)
	34.70 a 45.27	(171)
	45.28 a 81.91	(171)

Fonte: PNUD 2000.

INDICADORES DE TRANSPORTE URBANO

– Alguns indicadores de acompanhamento conjuntural e de caracterização da qualidade do sistema de transporte público e sistema viário são:

- * Proporção de viagens realizadas por modalidades de transporte de massa (metrô, trem...).
- * Índice de passageiros por quilômetro rodado nos ônibus.
- * Extensão total dos congestionamentos em horários de pico.
- * Registro de veículos ou motocicletas por mil habitantes.

INDICADORES DE SEGURANÇA DE TRANSPORTE

– Indicadores de nível de segurança e sobrecarga operacional dos sistemas:

* Risco aportado de acidentes.

* Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito.

– Essa taxa de mortalidade é sensível às características dos sistemas viários e de transporte público, além de ser confiável para pequenas áreas.

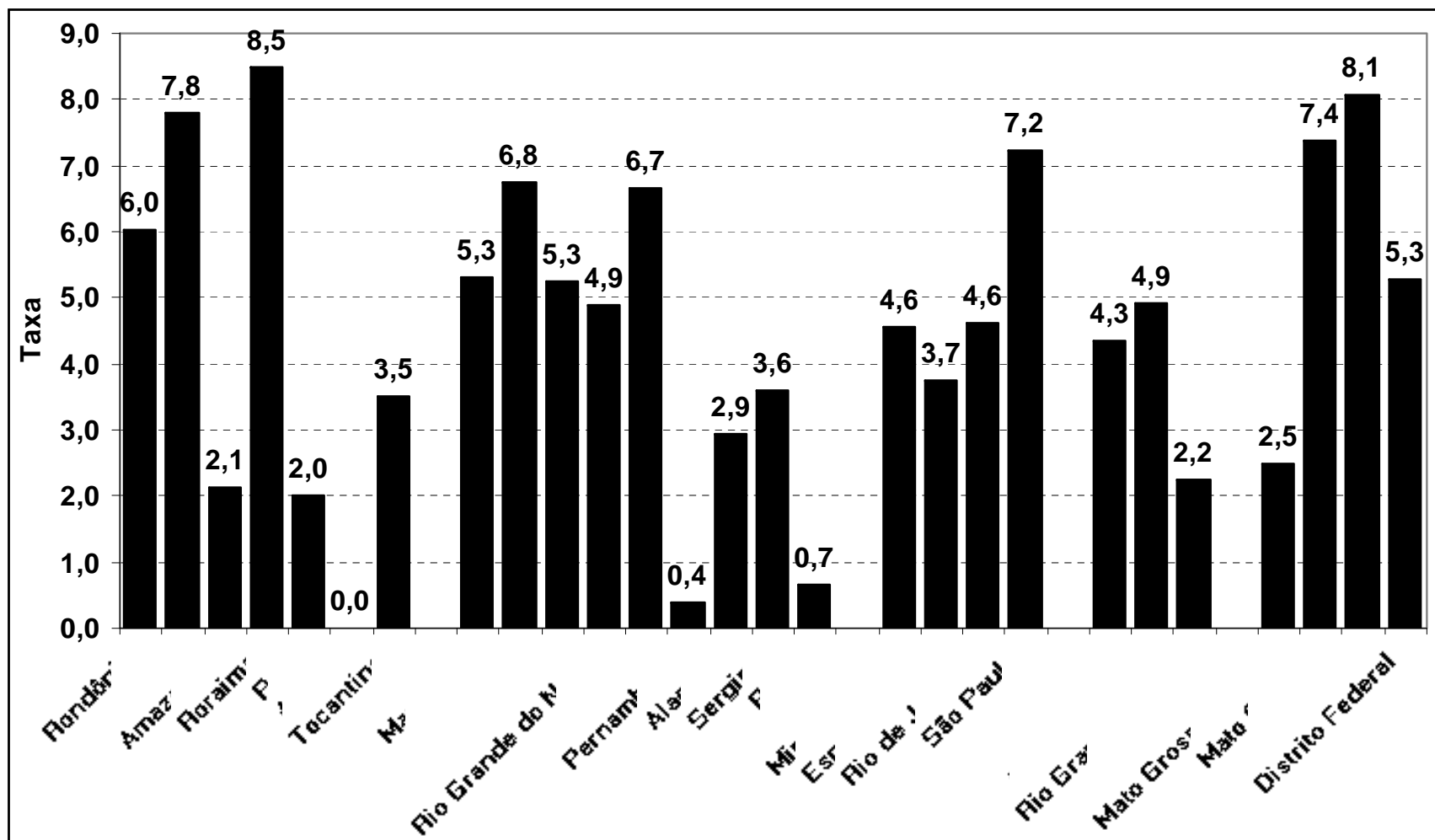
Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito =

$$\frac{\textit{óbitos _ por _ acidentes _ de _ trânsito}}{\textit{população _ total}} * 100.000$$

**TAXA DE INTERNAÇÕES
POR ACIDENTES
DE TRANSPORTE,
POR ESTADO BRASILEIRO
DE RESIDÊNCIA,
JULHO 2008 – DATASUS
(POR 100.000 PESSOAS)**

Unidade da Federação	Internações	População	Taxa
Rondônia	90	1.493.566	6,03
Acre	53	680.073	7,79
Amazonas	71	3.341.096	2,13
Roraima	35	412.783	8,48
Pará	148	7.321.493	2,02
Amapá	0	613.164	0,00
Tocantins	45	1.280.509	3,51
Maranhão	335	6.305.539	5,31
Piauí	211	3.119.697	6,76
Ceará	444	8.450.527	5,25
Rio Grande do Norte	152	3.106.430	4,89
Paraíba	249	3.742.606	6,65
Pernambuco	33	8.734.194	0,38
Alagoas	92	3.127.557	2,94
Sergipe	72	1.999.374	3,60
Bahia	97	14.502.575	0,67
Minas Gerais	904	19.850.072	4,55
Espírito Santo	129	3.453.648	3,74
Rio de Janeiro	734	15.872.362	4,62
São Paulo	2.964	41.011.635	7,23
Paraná	460	10.590.169	4,34
Santa Catarina	297	6.052.587	4,91
Rio Grande do Sul	243	10.855.214	2,24
Mato Grosso do Sul	58	2.336.058	2,48
Mato Grosso	218	2.957.732	7,37
Goiás	471	5.844.996	8,06
Distrito Federal	135	2.557.158	5,28
Total	8.740	189.612.814	4,61

TAXA DE INTERNAÇÕES POR ACIDENTES DE TRANSPORTE, POR ESTADO BRASILEIRO DE RESIDÊNCIA, JULHO 2008 – DATASUS (POR 100.000 PESSOAS)



2. INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES SUBJETIVOS DE QUALIDADE DE VIDA

– Análises subjetivas sobre a qualidade de vida são importantes para estabelecer a formulação de políticas e planejamento urbano, principalmente em sociedades onde as necessidades materiais básicas de sobrevivência já estão atendidas.

– É preciso levantar opiniões sobre aspectos sócio-espaciais da população (tanto condições materiais, como aspirações pessoais):

- * Satisfação com a moradia.
- * Avaliação quanto às facilidades existentes no bairro.
- * Desejo de mudança de domicílio, bairro ou município.
- * Atendimento de aspirações culturais e de lazer.

IQVU-BH & IQVU-BR

- O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH) foi desenvolvido em 1996 pela Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com a PUC Minas, e, desde 2000 é empregado como critério para distribuição de recursos do Orçamento Participativo (Nahas et al. 2006b).
- O Índice de Qualidade de Vida Urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR) foi desenvolvido entre novembro de 2004 a dezembro de 2005 para o Ministério das Cidades.

CINCO CARACTERÍSTICAS DO IQVU

- 1) **Processo participativo** que envolveu usuários imediatos do sistema de indicadores na escolha dos temas e definição dos pesos com que estes temas entraram no cálculo final.
- 2) Indicadores enfocam a **quantidade e a qualidade da oferta** de serviços públicos e privados, privilegiando dados que enfoquem o lugar do ponto de vista físico.
- 3) Dados utilizados são **atualizáveis em curto ou médio prazo** para servir de monitoramento das mudanças sociais.
- 4) **Três níveis de agregação**: variáveis (temas escolhidos); componentes (desdobramentos das variáveis); indicadores (informações numéricas finais para o cálculo do índice).
- 5) Ofertas de serviços em cada sub-região são corrigidas por uma **medida de acessibilidade**, estabelecida pelo tempo de deslocamento (transporte coletivo, sistema viário).

SEIS ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO IQVU-BR

- 1) Seleção dos temas para compor o índice.
- 2) Proposição metodológica de “indicadores ideais” para expressar os temas.
- 3) Pesquisa e seleção de dados para elaborar os indicadores.
- 4) Cálculo dos indicadores.
- 5) Seleção dos indicadores.
- 6) Cálculo do Índice.

FONTES DE DADOS PARA CONSTRUÇÃO DO IQVU-BR

- 1) Banco Central.
- 2) Censo Escolar / INEP / Ministério da Educação.
- 3) Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / DATASUS.
- 4) Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento / DATASUS.
- 5) Atlas da Saúde, Ministério da Saúde.
- 6) Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).
- 7) Fundação João Pinheiro.
- 8) Censo Agropecuário / IBGE.
- 9) Censo Demográfico / IBGE.
- 10) Pesquisa de Informações Básicas Municipais / IBGE.
- 11) Pesquisa Nacional de Saneamento Básico / IBGE.
- 12) Produto Interno Bruto dos Municípios / IBGE.
- 13) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- 14) Ministério da Fazenda.
- 15) Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais e Sistêmicos.
- 16) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Min. do Trabalho.
- 17) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) / IBGE.

ESTRUTURA DO ÍNDICE FINAL

VARIÁVEIS	COMPONENTES	INDICADORES
1. COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.1. COMÉRCIO DE ALIMENTOS	1.1.1. Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo.
		1.1.2. Existências de Supermercados ou Hipermercados
		1.1.3. Existência de Padeiros
		1.1.4. Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo
	1.2. COMÉRCIO E SERVIÇOS PESSOAIS	1.2.1. Agências bancárias
		1.2.2. Comércio de produtos farmacêuticos
1.3. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	1.3.1. Comércio de equipamentos de informática	
	1.3.2. Número de estações de rádio AM/FM	
2. CULTURA	2.1. EQUIPAMENTOS DE CULTURA	2.1.1. Equipamentos Culturais
3. ECONOMIA	3.1. ECONOMIA LOCAL	3.1.1. PIB "per capita" municipal
		3.1.2. Renda Média Familiar "per capita"
	3.2. FINANÇAS PÚBLICAS	3.2.1. Capacidade de investimento
		3.2.2. Receita corrente "per capita"
3.3. MERCADO DE TRABALHO	3.3.1. Taxa de Ocupação	
	3.3.2. Taxa de Formalidade da Ocupação	
4. EDUCAÇÃO	4.1. ENSINO FUNDAMENTAL	4.1.1. Taxa de escolarização líquida no Ensino Fundamental
	4.2. ENSINO MÉDIO	4.2.1. Proporção de jovens de 15 a 17 anos sem ensino fundamental completo
5. HABITAÇÃO	5.1. CONDIÇÕES HABITACIONAIS	5.1.1. Domicílios não precários
		5.1.2. Domicílios com Banheiro
		5.1.3. Densidade média de moradores por dormitório
	5.2. SANEAMENTO BÁSICO	5.2.1. Percentual de domicílios servidos por rede de água
		5.2.2. Percentual de domicílios servidos por rede de esgotamento sanitário
		5.2.3. Percentual de domicílios servidos com algum tipo de coleta de lixo
6. SAÚDE	6.1. RECURSOS HUMANOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE	6.1.1. Número de médicos
		6.1.2. Prof. de saúde de nível superior (exceto médicos e dentistas)
		6.1.3. Número de técnicos em saúde por 1000 habitantes
		6.1.4. Leitos hospitalares/SUS
		6.1.5. Unidades de média complexidade
		6.1.6. Unidades de atenção básica
		6.1.7. Equipamentos odontológicos do SUS
		6.1.8. Consultas do SUS
		6.1.9. Taxa Média de Internação Total (2002/03/04)
		6.1.10. Taxa de Mortalidade por doenças circulatórias, respiratórias e infecto-parasitárias
7. INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANÍSTICA	7.1. ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES LOCAIS	7.1.1. Base digital de informações
	7.2. LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	7.2.1. Existência de legislação básica
8. PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA	8.1. PARTICIPAÇÃO E ASSOCIATIVISMO	8.1.1. Existência de entidades sindicais
	8.2. ORGANIZAÇÃO E COOPERAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL	8.2.1. Existência de organizações da sociedade civil de interesse público e outras formas de
9. MEIO AMBIENTE URBANO	9.1. PROBLEMAS E AÇÕES AMBIENTAIS	8.2.2. Existência de Conselhos
		9.1.1. Problemas Ambientais Urbanos
10. SEGURANÇA PÚBLICA	10.1. PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA	9.1.2. Ações Ambientais Municipais
		10.1.1. Profissionais de segurança pública
	10.2. ASSISTÊNCIA JURÍDICA	10.1.2. Taxa de mortalidade por homicídios
		10.2.1. Profissionais de justiça no setor público
11. TRANSPORTES	10.2.2. Órgãos de defesa do consumidor	
	11.1. TRANSPORTE COLETIVO	11.1.1. Motoristas de Ônibus Urbanos, Metropolitanos e Rodoviários
	11.2. OUTROS TIPOS DE TRANSPORTE	11.2.1. Motorização no município: Número de veículos motorizados de pequeno e médio por
	11.3. INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	11.3.1. Percentual de domicílios em vias pavimentadas

INDICADORES DE CRIMINALIDADE E HOMICÍDIOS

- As taxas de mortalidade por causas violentas, estimadas com dados do Registro Civil ou do Ministério da Saúde, são indicadores mais usados por ter maior confiabilidade e organização das bases de dados.
- Os registros administrativos das Secretarias de Segurança Pública ainda não são considerados como fontes plenamente confiáveis para basear a construção de indicadores de criminalidade.

INDICADORES DE ALOCAÇÃO DO TEMPO

– Indicadores podem ser estimados para avaliar o controle individual do tempo diário, tais como:

* Tempo disponível para atividades de convívio familiar e social, lazer, atividades esportivas e culturais.

* Tempo gasto com transporte de casa para o trabalho ou escola.

– Não há muitos estudos no Brasil utilizando informação sobre alocação diária de tempo.

– Começam a surgir algumas pesquisas do tipo origem-destino.

INDICADORES AMBIENTAIS

– Indicadores de condições ambientais se referem à disponibilidade de recursos naturais, à forma de uso de tais recursos, e aos resíduos gerados nesse consumo:

- * Qualidade do ar, água encanada e solo.
- * Existência de sistemas de tratamento de esgotos e lixo.
- * Emissão de gases tóxicos por quantidade de veículos.
- * Nível de poluição sonora e visual.
- * Existência de parques e áreas verdes.
- * Hectare de área verde por habitante.
- * Taxa de desmatamento.
- * Consumo médio residencial de energia.

DADOS PARA ESTIMAR INDICADORES AMBIENTAIS

– Em decorrência da falta de dados específicos, indicadores ambientais são construídos com:

* Dados censitários sobre infra-estrutura urbana, mortalidade/morbididade por causas específicas.

* As taxas de mortalidade por doenças respiratórias ou infecto-parasitárias podem ser usados como indicadores indiretos para avaliar nível de poluição da água ou ar em uma área.

* Dados secundários de pesquisas com prefeituras ou concessionárias de serviços públicos sobre o destino final e tratamento de dejetos provenientes da rede de saneamento básico e de coleta de lixo.

MAIS POSSIBILIDADES DE MENSURAR CONDIÇÕES AMBIENTAIS

- Proporção da população que declara dispor de parques, bosques e equipamentos públicos de lazer em sua vizinhança.
- Recursos de geoprocessamento podem estimar indiretamente a população afetada pela falta de área verde ao seu redor.
- Nesse caso, não há a necessidade de obter dados em pesquisas amostrais, mas somente por meio de imagens de satélite, por exemplo.

3. INDICADORES POLÍTICO-SOCIAIS E DE OPINIÃO PÚBLICA

INDICADORES DE ACESSO A DIREITOS

- Determinados programas sociais, serviços financeiros e atividades privadas são permitidos somente para aqueles que possuem documentos legais para provar sua identidade e idoneidade (carteira de identidade, título de eleitor, CPF, carteira de trabalho assinada, previdência social).
- Dessa forma, a posse de documentos é um indicador social que estima a população regulamentada ou aquela sem acesso legal a determinados programas.

Proporção de população documentada =

$$\frac{\textit{população _ que _ possui _ certos _ documentos _ legais}}{\textit{população _ total}} * 100$$

ÍNDICE SINTÉTICO DE LIBERDADE HUMANA

- Os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD sempre enfatizaram a liberdade política e social como parte integrante do desenvolvimento humano.
- Esses direitos são vistos como prioridade no estabelecimento de políticas.
- Os próprios autores desses relatórios reconhecem a falta de um indicador de liberdade política no IDH.
- Em 1992, foi publicado o Índice de Liberdade Humana, e em 1993 foi apresentado o Índice de Liberdade Política.
- Porém, tais índices tomavam como positivos alguns aspectos políticos típicos de determinados contextos culturais, o que originou controvérsia quanto à metodologia implementada. Isso causou a descontinuação da estimação de tais índices.

TAXA DE SINDICALIZAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

- A atividade combativa dos sindicatos de trabalhadores em países desenvolvidos é uma das causas para a estruturação do mercado de trabalho desses países.
- O crescimento dos sindicatos, a taxa de sindicalização e o grau de associativismo civil são formas de mensurar o capital social em uma determinada sociedade.
- A taxa de sindicalização é a parcela da população economicamente ativa filiada a sindicatos de trabalhadores.

Taxa de sindicalização =

$$\frac{\textit{número de trabalhadores filiados}}{\textit{população economicamente ativa}} * 100$$

TAXA DE COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES

- Os registros eleitorais (relatórios oficiais dos resultados das eleições) podem ser utilizados para mensurar o comparecimento às eleições.
- Séries históricas podem ser realizadas e comparadas entre diferentes unidades geográficas.
- No Brasil, esse indicador é enviesado pela obrigatoriedade do voto.
- Tais indicadores são importantes para formular campanhas de incentivo e engajamento popular à participação política.

$$\textit{Taxa _ comparecimento _ eleições} = \frac{\textit{votantes}}{\textit{habilitados _ à _ votação}} * 100$$

INDICADORES DE OPINIÃO PÚBLICA

- Indicadores que expressam opiniões da população sobre diferentes aspectos da vida pública têm ganhado espaço entre estudiosos e institutos de pesquisa.
- Pessoas são ouvidas para avaliar subjetivamente:
 - * Intenção de voto.
 - * Nível de corrupção no governo.
 - * Nota de avaliação dos governantes.
 - * Confiança nas instituições e no processo eleitoral.
 - * Principais problemas da sociedade.
- Devido à subjetividade, esses indicadores são difíceis de serem avaliados.
- Indicadores de opinião pública podem ser utilizados para expressar mudanças sócio-políticas no decorrer do tempo.